

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTONIO MORAES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Avenida Mal. Campos, nº 1355 - Bairro Santa Cecília
Vitória-ES, CEP 29043-260
- <https://hucam-ufes.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23525.003228/2026-85

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da Contratação de empresa especializada no ramo de **Gases Medicinais** para a prestação de serviço de **Locação de Central Duplex de Ar comprimido Medicinal completo e Central Duplex para Geração de Vácuo Clínico, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças de reposição e consumo, além do fornecimento de cilindros de ar comprimido**, para atender o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, de acordo com especificações, anexos e instruções complementares previstas no edital de licitação e neste termo de referência.

Tabela 01

GRUPO	ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	1	14788	Escopo relacionado à Ar Comprimido - ver detalhamento descrito no anexo A (61812646) deste termo de referência.	Serviço	12 meses
	2	14788	Escopo relacionado à Central de Vácuo - ver detalhamento descrito no anexo A (61812646) deste termo de referência.	Serviço	12 meses

1.2. A licitação se dará em um **Grupo Único**, formado pelos itens constantes deste Termo de Referência, devendo as licitantes participantes oferecerem proposta para todos os itens que o compõem. A contratação em um único grupo envolve mão de obra, insumo, manutenção preventiva e corretiva, além do fornecimento de cilindros de ar comprimido. Por esse motivo, o escopo por **Contrato Único** é mais vantajoso para o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, visto que tal medida propicia maior uniformidade dos serviços e mitigação dos riscos de conflitos para os resultados.

1.3. Este termo de referência visa fornecer dados e informações mínimas e necessárias aos interessados em participar do certame licitatório, bem como estabelecer as obrigações e responsabilidades da empresa CONTRATADA.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. BREVE DESCRIÇÃO DA ATUAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES - HUCAM

2.1.1. O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) - filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, é um órgão suplementar da Universidade Federal do Espírito Santo e atua como Hospital Universitário e de Ensino e como prestador de serviços médico-hospitalares, com atendimento à população do Estado do Espírito Santo e municípios de estados adjacentes, com níveis de referência e capacidade resolutive de média e alta complexidade, sendo que, ao todo, o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes conta com 240 leitos, podendo chegar a aproximadamente 284 leitos no ano de 2028 após a conclusão da obra do PAC.

2.1.2. Está totalmente inserido no Sistema Único de Saúde (SUS) e, como hospital escola da Universidade Federal do Espírito Santo, atua na formação de diversos profissionais da área da saúde. Tem por missão promover assistência humanizada e de excelência à saúde do cidadão, integrando-se às políticas públicas de saúde, servindo de campo moderno e dinâmico para ensino, pesquisa e extensão.

2.1.3. O hospital utiliza sistemas de geração central de ar comprimido medicinal e vácuo clínico, em funcionamento ininterrupto, para garantir segurança e adequada assistência aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. Este fornecimento de gases medicinais exige conhecimentos técnicos especializados em engenharia, de forma a garantir seu pleno funcionamento.

2.2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.2.1. A pretendida contratação de Locação de Central Duplex de Ar comprimido Medicinal completo e Central Duplex para Geração de Vácuo Clínico, incluindo instalação e conexão com a rede existente, manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de reposição e consumo, além do fornecimento de cilindros de ar comprimido, para atender o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM tem por objetivo o fornecimento de ar medicinal e vácuo para os setores assistenciais do Hospital.

2.2.2. O fornecimento de ar comprimido medicinal é imprescindível para:

- O suporte à vida de pacientes que necessitam de ventilação mecânica;
- O funcionamento de equipamentos de anestesia utilizados em diversos procedimentos cirúrgicos;
- A limpeza de instrumentais e o funcionamento de autoclaves na Central de Material Esterilizado (CME);
- Outras atividades relacionadas à assistência aos usuários do SUS.

2.2.3. Por sua vez, o fornecimento de vácuo medicinal é fundamental para a aspiração de secreções nas UTIs adulto e neonatal, no Centro Cirúrgico e nos setores de internação do HUCAM. A aspiração por sistema centralizado proporciona menor nível de ruído quando comparada a aspiradores portáteis ou a dispositivos acionados por ar comprimido, além de assegurar a filtragem adequada do ar aspirado, com posterior purga em condições apropriadas.

2.2.4. Optou-se pelas centrais Duplex de Ar Comprimido Medicinal e Vácuo Clínico ambas completas e compostas por equipamentos totalmente redundantes e independentes, para que caso haja necessidade de manutenções preventivas ou corretivas em um dos equipamentos, não haja interrupção do fornecimento de gás ao Hospital.

2.2.5. Já o método escolhido se justifica em função sistema existente atualmente. Caso optássemos por outro sistema como o ar comprimido sintético, esse necessitaria de adequações como adição fontes de nitrogênio e a utilização de oxigênio medicinal (item vinculado a outro contrato), o que representa aumento de custos para o hospital. A utilização de dois compressores de ar comprimido medicinal, juntamente com a aplicação da central reserva de cilindros e a utilização de duas bombas de vácuo clínico abrange os termos exigidos em norma (ABNT NBR 12188:2016).

2.2.6. A não realização da contratação poderá comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, ocasionar impactos negativos no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e dificultar o cumprimento de protocolos assistenciais, metas pactuadas e compromissos assumidos junto aos gestores de saúde.

2.2.7. Considerando que o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM não dispõe em seu quadro funcional de pessoal específico para execução rotineira dos serviços descritos.

2.2.8. Considerando que a instalação maior e mais antiga do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM não possui sistema centralizado de geração de ar comprimido e vácuo.

2.2.9. Considerando que não existe cargo integrante do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, em conformidade com parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 9.507/2018 para empresas públicas, que possua atribuições semelhantes aos cargos previstos para os colaboradores terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Neste sentido, é necessário que os cargos executem suas atividades em período noturno em regime de plantão de sobreaviso, diferentemente da área administrativa que é contratada por 44 horas semanais.

2.2.10. Considerando que a contratação constitui a alternativa mais eficiente e eficaz para o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, na sua tarefa de fornecer os gases medicinais e vácuo e mantê-lo funcionando adequadamente para atender as atividades fim.

2.2.11. Desta forma, justifica-se a contratação em tela, pois a mesma assegurará a continuidade dos serviços de forma contínua e ininterrupta para o HUCAM.

2.3. DA JUSTIFICATIVA PARA NÃO APRESENTAÇÃO DE ART, RRT OU TRT por parte dos agentes públicos

2.3.1. Em análise do art. 10 do Decreto nº 7.983/2013 e da Súmula nº 260 do Tribunal de Contas da União, o escopo desta contratação é serviço de mão de obra de manutenção predial. Assim, o mesmo não se enquadra como projeto ou obra, neste sentido não há necessidade de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por parte da equipe de planejamento.

2.4. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO ESTRATÉGICO

2.4.1. A pretendida contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico/Plano Anual de Compras (PAC) do hospital.

3. DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

3.1. Algumas terminologias utilizada neste documento segue o preconizado pela Resolução RDC/Anvisa n. 2, de 25 de janeiro de 2010.

3.2. Com o objetivo de identificar e padronizar termos que serão utilizados no relacionamento entre CONTRATANTE e CONTRATADA, os quais visam atender a conveniência da organização dos serviços de gerenciamento de equipamentos de saúde, fica estabelecida a adoção dos seguintes conceitos e definições:

- **ART:** Anotação de Responsabilidade Técnica que é um documento instituído pela Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977 e que deve ser registrado em todo contrato referente a prestação de serviços relativos às profissões vinculadas à Engenharia;
- **Bloco central:** Conjunto formado pelas válvulas reguladoras, manômetros, válvulas de bloqueio e demais acessórios de segurança e controle;
- **Capacidade Técnico-Operacional:** Comprovação de que a empresa licitante, como unidade econômica agrupadora de bens e pessoas, já executou, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- **Capacidade Técnico-Profissional:** Comprovação fornecida pelo licitante de que possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes às do objeto licitado.
- **Central de suprimento:** conjunto formado pelos suprimentos primário e secundário ou reserva para cada tipo de gás ou vácuo clínico, interconectados de maneira específica, de modo a permitir suprimento contínuo à rede de distribuição, de acordo com as Normas Técnicas e legislações aplicáveis;
- **Chicote:** Acessório destinado à interligação dos cilindros de ar medicinal do suprimento reserva ao coletor;
- **Componentes, acessórios ou peças:** Qualquer parte ou conjunto integrante dos sistemas de geração de ar medicinal e vácuo clínico tais como filtros, secadores por refrigeração, secadores por adsorção, filtros bacteriológicos, reservatórios, entre outros necessários para o perfeito funcionamento dos sistemas em conformidade com as legislações, Normas Técnicas e neste Termo de Referência;
- **CONFEA:** Conselho Federal de Engenharia e Agronomia responsável pela fiscalização, regulamentação e julgamento final das atividades profissionais abrangidas;
- **CONTRATADA:** Pessoa Física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública;
- **CONTRATANTE:** Entidade da Administração Pública signatária de instrumento contratual;
- **CREA:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia formado por vinte e sete entidades (um para cada Estado e o Distrito Federal) responsável pela fiscalização do exercício das profissões abrangidas;
- **Desconformidade:** Peça, equipamento, componentes ou acessórios que não atendem as especificações de Normas Técnicas e Legislações brasileiras atualizadas e em vigor;
- **Defeito:** Anormalidade num equipamento ou sistema que impede o desempenho de sua função dentro dos padrões normais de funcionamento;
- **EPC:** Equipamento de Proteção Coletiva fornecido pela CONTRATADA projetado para proteção de mais de um funcionário pertencente aos quadros da CONTRATADA conforme determinação da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho (MTh);
- **EPI:** Equipamento de Proteção Individual fornecido pela CONTRATADA com o devido Certificado de Aprovação - CA válido, conforme determinação da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho (MTh);

- **Fiscal do Contrato:** é o representante da administração, especialmente designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, incluído comunicar-se com a CONTRATADA para tratar de quaisquer assuntos, desde que relacionado à execução do contrato;
- **Gestor do contrato:** é o representante da administração, especialmente designado para coordenar e comandar o processo da execução contratual, incluído comunicar-se com a contratada para tratar de quaisquer assuntos, desde que relacionado à execução do contrato;
- **Manifold:** dispositivo destinado a conectar os cilindros de ar medicinal do suprimento reserva por meio de chicotes ou mangueiras flexíveis para conduzir o ar medicinal ao bloco central;
- **Manutenção preventiva:** conjunto de atividades previamente programadas instruídas por normas de engenharia, manuais de fabricantes ou Responsável (is) Técnico (s) que visam assegurar capacidade plena e condições de funcionamento contínuo, seguro e confiável dos equipamentos e sistemas, preservando-lhes as características e o desempenho;
- **Manutenção corretiva:** conjunto de ações ou operações de manutenção ou conservação desenvolvidas com o objetivo de fazer retornar às condições especificadas, o equipamento e sistema após a ocorrência de defeitos, falhas ou desempenho insuficiente;
- **Ordem de Serviço:** é o documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento e controle de tarefas relativas à execução dos contratos de prestação de serviços, que deverá estabelecer quantidades estimadas, prazos e custos da atividade a ser executada, e possibilitar a verificação da conformidade do serviço executado com o solicitado;
- **Plano de manutenção preventiva:** Documento a ser entregue ao CONTRATANTE pela CONTRATADA contendo a periodicidade e atividades de manutenção preventiva a serem executadas no decorrer de um (01) ano;
- **Preposto:** Pessoa formalmente designada pela CONTRATADA antes do início da prestação dos serviços, em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação ao contrato celebrado com o CONTRATANTE.
- **Profissional habilitado:** É o profissional previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe;
- **Suprimento primário:** fonte principal de suprimento à rede de distribuição, constituída por uma ou mais de uma bomba de vácuo ou por um ou mais de um compressor de ar destinado ao fornecimento de ar medicinal ou à realização de vácuo clínico;
- **Suprimento reserva:** fonte de suprimento de ar medicinal acondicionado em cilindros para uso imediato com entrada automática em caso de falha simultânea dos suprimentos primário e secundário ou manutenção do sistema de geração de ar medicinal;
- **Suprimento secundário:** fonte de suprimento para uso imediato com entrada automática em sistema de rodízio ou em complementação ao suprimento primário, constituída por gerador de vácuo clínico ou compressor de ar.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. **CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:** o objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de **serviços comuns de engenharia**, de que trata o Anexo I, inciso LIII, alínea "a", do RCC 3.0, por possuir padrões de desempenho e características facilmente encontradas no mercado, de caráter continuado, a ser contratado mediante **modalidade pregão, em sua forma eletrônica** (conforme art. 6 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0), adotando como critério de julgamento a proposta de **menor preço global**.

4.1.2. Nos termos do art. 191, inciso I, do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0, **o serviço, objeto desta licitação, caracteriza-se por ser continuado** uma vez que há uma **necessidade permanente de fornecimento contínuo de ar comprimido medicinal e vácuo clínico, 24 horas por dia, 7 dias por semana**, e sua interrupção compromete a qualidade dos serviços prestados.

4.1.3. **DA VIGÊNCIA:** o Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0.

4.1.4. Sobre o parcelamento, **esta contratação será realizada em um ÚNICO GRUPO** e prestada através de uma **única empresa vencedora do certame**.

4.1.5. Os serviços objeto deste Termo de Referência estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nos sistemas mantidos, seja pela prestadora de serviços ou por terceiros, sem quaisquer custos adicionais para o HUCAM.

4.1.6. Não há incidência do BDI no presente objeto por se tratar de uma contratação com peças e serviços já inclusos.

4.1.7. O objeto a ser contratado **não** adotará o Sistema de Registro de Preços (SRP).

4.2. DA JUSTIFICATIVA PELO GRUPO ÚNICO

4.2.1. A integração de serviços em uma mesma contratação é matéria controversa na Administração Pública, e tem sido debatida pelos órgãos de controle ao longo da última década.

4.2.2. O conceito de integração de serviços tem sua origem nas práticas de *Facilities Management* (FM). Tal prática é consolidada no mercado privado empresarial e a busca por sua implementação pelo setor público representa um movimento natural. Contudo, é preciso discernir entre os ambientes legais que dão suporte às contratações públicas e privadas.

4.2.3. Especificamente no caso das contratações públicas, o atendimento aos princípios da igualdade, da impessoalidade, da motivação, da eficiência, e da obtenção de competitividade devem ser atendidos em sua integralidade.

4.2.4. O modelo de integração de serviços ora proposto não representa nenhum flagrante tratamento discriminatório em benefício de um setor específico ou agente específico. Destaca-se que a integração dos serviços também garante tratamento igualitário do ponto de vista trabalhista, legal, previdenciário, de natureza comercial e de outra ordem.

4.2.5. Frente ao princípio da impessoalidade ou finalidade, é flagrante que o grupo único que integre vários serviços atende ao interesse público e coincide com o interesse de diversos atores do mercado dos serviços de fornecimento de gases medicinais que podem atuar na execução dos serviços, bem como de outras organizações que atuam no ramo de multisserviços, desde que devidamente regularizadas frente a legislação específica.

4.2.6. A observância do princípio da motivação é evidente, uma vez que as razões da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, em optar por um modelo de contratação com ênfase na integração dos serviços tem total respaldo nas premissas mercadológicas observados em Estudo de Mercado realizado pela Fundação Instituto de Administração, por meio do Acordo de Cooperação entre a Empresa

Brasileira de Serviços Hospitalares – HU Brasil e UNOPS, nas boas práticas de gestão administrativas, na maior responsabilização técnica da CONTRATADA pelos serviços realizados no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM, bem como na busca da sinergia entre os serviços que tem como mote principal a redução dos custos diretos e indiretos.

4.2.7. Ademais, em termos dos processos administrativos internos do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM, é sabida a dificuldade enfrentada na gestão de elevado número de contratos, sendo bem vinda a integração dos serviços com vistas ao ganho da eficiência dos processos internos de gestão.

4.2.8. Em se tratando da eficiência, que é o princípio que busca harmonizar todos os demais, a integração dos serviços ora proposta visa a economicidade por meio da redução dos custos unitários, maior qualidade propiciada pela integração das soluções de manutenção e por meio da adoção dos Índices de Medição de Resultados (IMR), pelos ganhos de sinergia e otimização propiciada pela complementaridade entre os serviços integrados que seriam prestados por uma mesma prestadora.

4.2.9. Apresentada a posição do modelo de integração dos serviços frente aos princípios, destaca-se que o agrupamento de serviços sob uma mesma contratação é tema cada vez mais aceito pelos órgãos de controle, podendo ser destacadas decisões e demais atos que configuram uma jurisprudência relevante, como:

I - Acórdão TCU nº 929/2017, no qual considerou improcedente a representação da empresa, admitindo como viável a contratação dos serviços de *facilities*, em que se incluíam os serviços de manutenção predial;

II - Lei Federal nº 14.011/2020, que visa o aprimoramento dos procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União;

III - Edital do Pregão nº 043/2020, sob responsabilidade da Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio (SELIP) e da diretoria de Licitações (DILIC), que tem como estratégia de contratação a integração de serviços para o complexo sede do Tribunal de Contas da União – TCU; e

IV - Edital do Pregão Eletrônico 208/7066-2013 – GILOG/BR, com vistas a promover um projeto piloto dos serviços de *facilities* na Caixa Econômica Federal, que compreendia a Contratação de empresa para a prestação de serviços compreendendo a coordenação e execução de serviços de: manutenção predial, climatização, elevadores e mobiliário; conservação e limpeza; apoio administrativo; e serviços de bombeiros civis (brigada); incluindo os insumos, peças de reposição e demais materiais necessários.

4.2.10. Neste sentido e após explanar nos subtópicos anterior, Justifica-se o Critério de julgamento POR GRUPO ÚNICO, pois há dependência dos itens entre si, ou seja, interdependência dos itens para execução plena do objeto e dessa forma se torna mais viável o gerenciamento e o controle do contrato pela Fiscalização. Além disso, estão de acordo com as regras de mercado, proporcionam maior eficiência na execução dos serviços, bem como na fiscalização do futuro contrato, sem comprometer a competitividade necessária à disputa e, sobretudo para que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala para o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM.

4.2.11. O serviço de *Locação de Central Duplex de Ar comprimido Medicinal completo e Central Duplex para Geração de Vácuo Clínico, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças de reposição e consumo, além do fornecimento de cilindros de ar comprimido, para atender o Hospital* **será composto por somente 1 grupo formado por dois itens e não possuindo viabilidade de uma vencedora para cada item.**

4.2.12. Além da dificuldade de fiscalização e da administração em supervisionar as diferentes empresas vencedoras do certame, há grande prejuízo em termos de economia de escala, visto que os valores proporcionalmente são mais elevados para manutenção de uma central do que os valores para as duas centrais, de Ar Comprimido Medicinal e de Vácuo Clínico.

4.3. COMPOSIÇÃO DO SERVIÇO

4.3.1. A composição do escopo do serviço, detalhando os itens da tabela 01 do item 1.1 encontra-se no anexo A deste Termo de Referência, além de demais informações presentes no Termo de Referência.

4.4. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.4.1. Os serviços serão realizados na unidade do CONTRATANTE, que está localizado no **Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes HUCAM - Avenida Marechal Campos, nº 1355 - Bairro Santa Cecília, Vitória-ES, CEP 29.043-260.**

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

5.1.1. Trata-se de demanda para licitação eletrônica, nos termos do art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016, sem prejuízo das regras e prazos previstos na referida Lei e no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0 - disponível em: <https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/legislacao-e-normas-de-licitacoes-e-contratos/normas-vigentes/regulamento-interno/regulamento-de-compras-e-contratos-rcc-ebserh-v-3-0.pdf/@download/file>

5.1.2. O objeto a ser contratado, mediante licitação, na **modalidade pregão, em sua forma eletrônica**, enquadra-se na categoria de serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei 14.133/21.

5.1.3. A interrupção dos serviços descritos neste Termo de Referência pode comprometer a continuidade das atividades assistenciais, portanto, **são considerados de natureza contínua**, nos termos da Portaria nº 14.787, de 27 de novembro de 2014, expedida pelo Secretário Executivo do Ministério da Educação.

5.1.4. Os serviços a serem contratados estão em consonância com a Resolução de Diretoria Colegiada ANVISA nº 50/2002, uma vez que a adequada execução de atividades de fornecimento de gases medicinais objetiva o bom funcionamento da infraestrutura no Estabelecimento Assistencial de Saúde como um todo.

5.1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**, devido à definição prévia, com boa margem de precisão, das quantidades dos serviços a serem prestados, e conforme art. 9º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0, considerando as estimativas dos estudos de dimensionamento dos serviços, presentes no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.5.1. Da Justificativa para a Escolha do Regime de Execução por Preço Global

a) Natureza do Objeto: A presente contratação não se caracteriza como uma obra ou uma reforma que necessite da elaboração de um projeto executivo pela CONTRATADA, premissa fundamental do regime de contratação semi-integrada. O objeto é a prestação de um **serviço contínuo de locação e manutenção de equipamentos**, visando garantir a disponibilidade ininterrupta de gases medicinais. O foco não é a construção ou a entrega de um ativo para a Administração, mas sim a garantia de um serviço operacional (disponibilidade da central de gases).

b) Inaplicabilidade do Regime Semi-Integrado: O regime semi-integrado pressupõe que a CONTRATADA detalhará um projeto básico fornecido pela Administração. No presente caso, não há projeto a ser detalhado. A solução (central de gases) é de propriedade da CONTRATADA, que a instala, opera, mantém e retira ao final do contrato. Portanto, as premissas que definem o regime semi-integrado não se aplicam a este modelo de contratação.

c) Adequação do Regime por Preço Global: A Empreitada por Preço Global é o regime mais adequado, pois a Administração consegue definir com precisão e clareza o resultado esperado: o fornecimento contínuo de ar comprimido medicinal e vácuo clínico, 24 horas por dia, 7 dias por semana, de acordo com as especificações técnicas detalhadas neste Termo de Referência. O "preço certo e total" remunera a disponibilidade e o funcionamento pleno do sistema como um todo, o que confere maior segurança e previsibilidade orçamentária para a CONTRATANTE.

5.1.5.2. Desta forma, a escolha pela **Empreitada por Preço Global está devidamente justificada pela natureza do serviço**, que se assemelha a uma locação com dedicação de mão de obra para manutenção, sendo a solução mais eficiente e vantajosa para atender às necessidades do hospital.

5.1.6. O critério de julgamento será o de menor preço, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0.

5.1.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

5.1.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 1%.

5.1.9. A contratação inclui o fornecimento de peças, materiais e serviços especializados sob demanda, que seriam inviáveis tecnicamente de serem adquiridos separadamente, tendo em vista que prejudicaria a garantia oferecida pelo prestador de serviço, que no caso de alguma falha pode alegar baixa qualidade do material disponibilizado e vice-versa por parte do fornecedor de peças, materiais ou serviços especializados. Tais insumos se tratam somente de partes indispensáveis ao pleno funcionamento da central de gases, e não encarecem a presente contratação pois os compressores, vasos e demais componentes da central são equipamentos robustos, que historicamente tem baixo custo de manutenção.

5.1.10. Desta forma, a formação de um grupo único, contendo os serviços, peças e materiais sendo executados e geridos por uma única empresa, visa a economia de recursos para a execução de todas as atividades contratadas, além da redução de tempo de parada de equipamentos e indisponibilidade das centrais de gases.

5.1.11. Destaca-se ainda que a gestão de um único contrato de prestação de serviços é muito mais eficiente para o hospital, com notável redução de horas de trabalho para as diversas áreas afeitas a este tipo de gestão.

5.2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.2.1. Para participação deverão ser observados as condições definidas no instrumento convocatório.

5.3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

5.3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3.2. As atividades a serem contratadas **NÃO** envolvem atribuições inerentes aos cargos integrantes do PCCS da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil.

5.3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.3.4. Os serviços contratados deverão atender os critérios da sustentabilidade ambiental, prevista nos termos do Artigo 7º, XI, da Lei 12.305 de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e ainda nas Instruções Normativa SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, conforme disposto neste Termo de Referência.

5.3.5. Para estimar o valor da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência será verificada a estimativa de custos por intermédio de pesquisa de mercado conduzida pelo Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, além de contratações similares realizadas pela Administração Pública.

5.4. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.4.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.4.1.1. Poderão participar desta aquisição interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta aquisição.

5.4.1.2. Este serviço de locação de centrais de ar comprimido e vácuo são serviços específicos e exigem qualificação técnica e experiência da empresa em prestação de serviços em equipamentos de capacidade iguais ou superiores aos que se encontram no Hospital.

5.4.1.3. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

5.4.2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, deverá ser apresentado pela licitante:

5.4.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação.

5.4.2.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e demais Demonstrações Contábeis do último exercício social, comprovando:

5.4.2.2.1. Aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas:

5.4.2.2.1.1. $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$;

5.4.2.2.1.2. $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$;

5.4.2.2.1.3. $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$.

5.4.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.4.2.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

5.4.2.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

5.4.2.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor anual da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente. Isto está de acordo com o art. 65, § 14, inciso III do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0 e o acórdão nº 1.321/2020 Plenário do TCU.

5.4.3. **DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:** As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

5.4.3.1. **HABILITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

5.4.3.1.1. Certidão de Registro da empresa participante e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da jurisdição da empresa, comprovando atividade social relacionada com o objeto desta licitação, conforme resolução do CREA/CONFEE 93/2014, em plena validade.

5.4.3.1.2. Comprovação de aptidão para desempenho das atividades objeto desta contratação por meio da **apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnico-operacional**, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em que fique comprovada a prestação prévia dos seguintes serviços, considerados as parcelas de maior relevância técnica do objeto:

5.4.3.1.2.1. Prestação de serviços de locação de sistema de ar comprimido e vácuo, **por um período mínimo de 12 (doze) meses**, atendendo as seguintes vazões mínimas:

Ar comprimido: vazão mínima de 125 m³/h.

Vácuo: vazão mínima de 100 m³/h.

5.4.3.1.3. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

5.4.3.1.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução. Ressalta-se a importância de no atestado constar a data da sua assinatura e a data de vigência (início e duração) do contrato a que ele se referir.

5.4.3.1.5. O licitante deverá disponibilizar, quando solicitado, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, incluindo, entre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, reservando-se o direito do Agente de Licitações de promover diligências para os esclarecimentos que julgar pertinentes.

5.4.3.1.6. A habilitação técnico-operacional também poderá ser comprovada mediante a apresentação de Certidão de Acervo Operacional (CAO), nos termos dos arts. 53 a 57 da [Resolução CONFEE n.º 1.137/2023](#).

5.4.3.1.7. Qualquer declaração falsa sujeitará o licitante às penalidades previstas no Regulamento de Compras e Contratos (RCC) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, assim como nas previstas na Lei n.º 13.303/2016, no Código Penal, no Código Civil e no Código da Defesa do Consumidor.

5.4.3.2. **HABILITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

5.4.3.2.1. Apresentação de profissional(is) de nível superior, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, que possua(m) Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a responsabilidade técnica pela execução de serviço com as características semelhantes às do objeto, conforme detalhado abaixo:

5.4.3.2.1.1. Comprovação de Anotação de Responsabilidade Técnica de **minimamente 1 (um) serviço de instalação e/ou manutenção de: sistemas de ar comprimido medicinal e/ou de sistemas de vácuo clínico**.

5.4.3.2.2. Entende-se como serviços com características semelhantes ao objeto do contrato, a realização de manutenção em compressores de ar medicinal e bombas de vácuo em estabelecimentos hospitalares.

5.4.3.2.3. A comprovação do vínculo do responsável técnico se fará com a apresentação de um dos seguintes documentos:

5.4.3.2.3.1. Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante; ou

5.4.3.2.3.2. Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; ou

5.4.3.2.3.3. Contrato de trabalho devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico;

5.4.3.2.3.4. Declaração de Contratação Futura de profissional, indicando nome, CPF e número de registro na entidade profissional competente, devidamente assinada pelo detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida também pelo CREA, por execução de serviços de instalação e/ou manutenção de sistemas centrais de fornecimento de Ar comprimido Medicinal e de Vácuo Clínico.

5.4.3.2.4. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

5.4.3.2.5. Será admitida, para fins de comprovação, a apresentação de diferentes atestados.

5.4.3.2.5.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

5.4.3.2.5.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.4.3.2.6. Os profissionais indicados pelo licitante poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

5.4.4. DOCUMENTOS ADICIONAIS PARA HABILITAÇÃO

5.4.4.1. Apresentação da Declaração de realização de vistoria, emitida pelo representante da licitante e assinada pelo representante do HUCAM/HU Brasil, por ocasião da visita ao local do serviço **ou** declaração de dispensa de vistoria, conforme modelos que estão disponibilizados nos anexos B (59939941) e C(59939959).

5.4.4.2. Apresentação da Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos preenchida, conforme modelo que está disponibilizado no anexo H (59960408).

5.4.4.3. Apresentação da Declaração de Conhecimento preenchida, conforme modelo que está disponibilizado no anexo I (60237100).

5.4.5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.4.5.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global** nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0.

5.4.5.2. Será adotado para o **envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto**.

5.4.5.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/anual do item e formulado em 2 (duas) casas decimais após a vírgula. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,0% por cento.

5.4.5.4. Critérios de inexecutabilidade de proposta poderão ser aplicadas conforme previsto no Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0 - disponível em: [Regulamento de Compras e Contratos \(RCC\) - Ebserh - v 3.0.pdf — Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares](#).

5.4.6. A inobservância das disposições de qualquer dos itens e subitens será motivo de inabilitação da licitação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. DOS REQUISITOS LEGAIS PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

6.1.1. O objeto deste Termo de Referência tem amparo legal disposto especialmente nos seguintes instrumentos:

- I - Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0;
- II - Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH (28062396), que dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;
- III - Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH (40700077), aplicável subsidiariamente como boa prática, que dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;
- IV - Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;
- V - Lei nº 14.133, de 01º de abril 2021;
- VI - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- VII - Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
- VIII - Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013;
- IX - Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015;
- X - Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016;
- XI - Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018;
- XII - Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19 de janeiro de 2010.
- XIII - Instrução Normativa SEGES/MPDG n.º 3, de 26 de abril de 2018 (IN SEGES/MPDG n.º 3/2018);
- XIV - Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, e suas atualizações;
- XV - Requisitos de Especificação, Projetos e de Manutenção da Infraestrutura Elétrica para Hospitais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, 3a edição.
- XVI - Resolução CONFEA n.º 1.137, de 31 de março de 2023.
- XVII - RDC/Anvisa nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.

6.1.2. Demais legislações e normas aplicáveis:

- I - [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#);
 - II - [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;
 - III - Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 - que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;
 - IV - Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 - que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima;
- Termo de Referência - SEI - REV01 (61812296) SEI 23525.003228/2026-85 / pg. 7

V - [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

VI - [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU BRASIL;

VII - Lei nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018 - que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;

VIII - [Lei nº 13.709](#), de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

IX - [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

X - Instrução Normativa SEGES/MP nº 40, de 22 de maio de 2020 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

XI - Instrução Normativa Nº 73, de 5 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

XII - Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025;

XIII - [Política de Transações com Partes Relacionadas da](#) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;

XIV - Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;

XV - Política de Classificação de Contratos por Riscos de Fraude e Corrupção;

XVI - Política de Relacionamento com Fornecedores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;

XVII - Código de Ética e Conduta da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil;

XVIII - Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em especial a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 2, de 25 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o gerenciamento de tecnologias em saúde em estabelecimentos de saúde e aprova o regulamento técnico que estabelece os requisitos mínimos para o Gerenciamento de Tecnologias em Saúde em estabelecimentos de saúde;

XIX - Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e suas regulamentações;

XX - Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos;

XXI - Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT, ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas;

6.1.3. Recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

- I - Norma NR-1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
- II - Norma NR-3 - Embargo e Interdição;
- III - Norma NR-4 - Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho;
- IV - Norma NR-5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- V - Norma NR-6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI;
- VI - Norma NR-7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO;
- VII - Norma NR-8 - Edificações;
- VIII - Norma NR-9 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos;
- IX - Norma NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- X - Norma NR-11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- XI - Norma NR-12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- XII - Norma NR-13 - Caldeira, Vasos de Pressão e Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento;
- XIII - Norma NR-15 - Atividades e operações insalubres;
- XIV - Norma NR-16 - Atividades e operações perigosas;
- XV - Norma NR-17 - Ergonomia;
- XVI - Norma NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- XVII - Norma NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;
- XVIII - Norma NR-23 - Proteção contra Incêndios;
- XIX - Norma NR-24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- XX - Norma NR-26 - Sinalização de Segurança;
- XXI - Norma NR-28 - Fiscalização e Penalidades;
- XXII - Norma NR-32 - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;
- XXIII - Norma NR-33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;

6.1.4. Demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial as seguintes:

- ABNT NBR 12188:2016 -Sistemas centralizados de suprimento de gases medicinais, de gases para dispositivos médicos e de vácuo para uso em serviços de saúde;
- ABNT NBR 11906: 2011 - Conexões roscadas para postos de utilização sob baixa pressão para gases medicinais, gases para dispositivos médicos e vácuo clínico, para uso em estabelecimentos de saúde;
- ABNT NBR 11725: 2008 - Conexões e roscas para válvulas de cilindros para gases.

- ABNT NBR 13534:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão - Requisitos específicos para instalação em estabelecimentos assistenciais de saúde;

6.2. DA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE AR MEDICINAL

- 6.2.1. Os sistemas centralizados de ar medicinal deverão obedecer às especificações, quantitativos e requisitos técnicos constantes neste Termo de Referência;
- 6.2.2. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à reparos e manutenção dos equipamentos, peças, componentes e acessórios, bem como será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar medicinal e pela infraestrutura adequada à sua utilização e boa apresentação das instalações dos equipamentos, acessórios e cilindros de ar medicinal da central reserva;
- 6.2.3. Na central reserva com bateria de cilindros de ar medicinal, os gases são centralizados em cilindros e conduzidos por uma rede de tubulação até os pontos onde serão utilizados. Estas centrais de cilindros devem estar conectadas a válvulas reguladoras de pressão capazes de manter a vazão máxima da unidade geradora de ar medicinal de forma contínua;
- 6.2.4. **A CONTRATADA será responsável pelas coletas das amostras de ar medicinal provenientes dos sistemas centralizados** do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) e pelas análises e monitoramentos da qualidade do ar comprimido medicinal gerado **a cada 06 (seis) meses**, sendo que esta qualidade deverá obedecer aos critérios técnicos da RDC-50 DA ANVISA e Norma ABNT NBR 12.188/2016.
- 6.2.4.1. O resultado da análise deverá vir acompanhado de laudo assinado por profissional legalmente habilitado. Os custos relativos tanto a coleta, quanto a análise e elaboração de laudo devidamente assinado por profissional legalmente habilitado com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE.
- 6.2.5. A CONTRATADA será responsável pela interligação das redes de ar medicinal existentes à respectiva central de ar medicinal de forma individualizada no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) dentro do perímetro interno da central.
- 6.2.6. É de responsabilidade da CONTRATADA que localará os sistemas de geração de ar medicinal: o fornecimento dos cilindros de ar medicinal do suprimento reserva, bem como efetuar a troca de cilindros vazios por cilindros cheios integrantes do suprimento reserva sem qualquer oneração ou custo adicional para o CONTRATANTE.
- 6.2.7. A CONTRATADA terá que repor os cilindros quantas vezes forem necessários para manter o funcionamento e não poderá realizar cobrança extra de carga dos mesmos.
- 6.2.8. Os cilindros que compõe a central de suprimentos reservas devem estar adequadamente fixados para prevenir acidentes.
- 6.2.9. É de responsabilidade da CONTRATADA que localará o sistema de ar medicinal a aferição e a calibração dos equipamentos do sistema tais como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros, e reguladores, conforme legislação vigente.
- 6.2.10. É de responsabilidade da CONTRATADA que localará o sistema de ar medicinal fornecer os Prontuários e Relatórios de Inspeção dos vasos de pressão integrantes do sistema no prazo de 01 (um) mês após a instalação, em conformidade com as disposições da NR-13: Caldeiras e Vasos de Pressão (Portaria n.3.214, de 8 de junho de 1978);
- 6.2.11. Os cilindros das centrais de reserva de ar medicinal devem seguir as especificações das Norma Técnicas e legislações aplicáveis quanto ao material empregado na sua fabricação, testes, componentes, dimensões, às etiquetas, à rotulagem e às cores dos mesmos;
- 6.2.12. A CONTRATADA será responsável pelo transporte e instalação de todos os equipamentos, acessórios ou qualquer outro componente integrante do sistema, incluindo a interligação com a rede de ar comprimido pré-existente, sem que isso implique em qualquer oneração ou custo adicional ao CONTRATANTE. **A interligação não poderá implicar em interrupção no fornecimento de ar comprimido medicinal aos pontos de consumo;**
- 6.2.13. Todo o custo deste serviço de instalação dos equipamentos e acessórios, será de responsabilidade da CONTRATADA. Porém, é responsabilidade da empresa atual a desmontagem e guarda/retirada dos equipamentos.
- 6.2.14. A CONTRATADA deverá montar toda a infraestrutura de elétrica dos quadros elétricos até os equipamentos e instrumentos de medição. Não serão aceitas improvisos/paleativos ou adaptações na infraestrutura de elétrica a ser montada pela CONTRATADA nas centrais de ar comprimido e vácuo. A infraestrutura de elétrica iniciará a partir dos terminais dos cabos alimentadores existentes nas centrais. Fica também como responsabilidade da CONTRATADA a instalação de todo sistema de alarmes operacionais conforme indicado na Norma ABNT NBR 12188 e exigido nesse Termo de Referência, além da calibração dos instrumentos de medição, como manômetros e termohigrômetros.
- 6.2.15. Após a finalização das atividades de instalação das centrais, a CONTRATADA deverá proceder à limpeza do interior das centrais, removendo resíduos e embalagens e dando o descarte apropriado.
- 6.2.16. Após a instalação do(s) vaso(s) de pressão deverá ser realizada a inspeção de segurança dos reservatórios por profissional habilitado, observado no item 6.2.10;
- 6.2.17. Após a montagem dos equipamentos, acessórios e seus componentes do sistema gerador de ar comprimido medicinal deve ser verificada a existência de vazamentos do sistema compreendendo apenas ao perímetro interno das centrais aonde houver intervenção da CONTRATADA necessária à interligação dos seus equipamentos. Todo vazamento detectado deve ser reparado e o ensaio de estanqueidade deve ser realizado novamente.
- 6.2.18. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação dos equipamentos, em conformidade com a Resolução - RDC/Anvisa n. 50 de 2002 e ABNT NBR12.188:2012.
- 6.2.19. Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da CONTRATADA, devidamente registrado no CREA.
- 6.2.20. Todas ferramentas, mão de obra especializada e materiais necessários à instalação e manutenção dos equipamentos, acessórios, peças e componentes integrantes dos sistemas de geração de ar medicinal deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem nenhum custo adicional ao CONTRATANTE.
- 6.2.21. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE toda a documentação técnica e de segurança, e cópia de manuais de instrução.
- 6.2.22. Todo o procedimento de instalação será acompanhado pela equipe do CONTRATANTE.
- 6.2.23. **Após a instalação do sistema de geração do ar medicinal deverá ser emitido relatório contendo as atividades realizadas, a descrição dos equipamentos e declaração de que os sistemas de geração de ar medicinal estão operando com desempenho satisfatório e**

dentro dos parâmetros de projeto.

6.2.24. O relatório e a declaração descritas no item 6.2.23 deverão ser assinadas por responsável técnico da empresa.

6.2.25. Os serviços de instalação da central de ar comprimido serão dados como finalizados SOMENTE após o Fiscal do Contrato receber os documentos descritos no tópico anterior. Os prejuízos decorrentes do atraso da entrega dos documentos serão arcados integralmente pela CONTRATADA.

6.2.26. A CONTRATADA deverá realizar treinamento aos plantonistas da equipe de manutenção predial do CONTRATANTE após a instalação do sistema de geração de ar medicinal em data a ser previamente agendada com o Fiscal do Contrato, no prazo de 7 dias úteis após o início dos serviços.

6.2.27. O treinamento deverá contemplar procedimentos de partida, significado das sinalizações de segurança, indicação dos quadros de comando, procedimentos de emergência, concepção dos sistemas de ar medicinal, entre outras informações importantes para que os funcionários da manutenção estejam capacitados a fazer alguma intervenção emergencial em caso de pane dos sistemas de geração de ar medicinal enquanto o técnico da CONTRATADA se dirige às dependências do Hospital para solução definitiva do problema;

6.2.28. Sempre que houver qualquer alteração técnica relevante do sistema de geração de ar medicinal, deverá haver reciclagem do treinamento;

6.2.29. Sempre que houver admissão de novos plantonistas na equipe de manutenção predial deverá haver novo treinamento.

6.2.30. A CONTRATADA será responsável pela desinstalação e transporte de todos os seus equipamentos, acessórios ou qualquer outro componente integrante dos sistemas centralizados, sem que isso implique em qualquer oneração ou custo adicional ao CONTRATANTE quando o contrato for encerrado.

6.2.31. A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos deste Termo de Referência. Caso não seja executado tempestivamente, serão faturados os valores relativos aos serviços prestados conforme o percentual determinado pelo Indicador de Medição, cujas regras de aplicação constam em item específico "Instrumento de Medição de Resultado (IMR)".

6.3. DA LOCAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE VÁCUO CLÍNICO

6.3.1. O sistema de geração de vácuo clínico deverá obedecer às especificações, quantitativos e requisitos técnicos constantes neste Termo de Referência.

6.3.2. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação e manutenção dos equipamentos, peças, componentes e acessórios, bem como será responsável pela manutenção preventiva e corretiva do sistema de geração de vácuo clínico e pela infraestrutura adequada à sua utilização e boa apresentação das instalações dos equipamentos e acessórios;

6.3.3. A CONTRATADA será responsável pela interligação das redes de vácuo clínico existentes às respectivas centrais de vácuo clínico de forma individualizada no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) dentro do perímetro interno da central;

6.3.4. A CONTRATADA será responsável pelo transporte e instalação de todos os equipamentos, acessórios, alarmes ou qualquer outro componente integrante do sistema, sem que isso implique em qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

6.3.5. Todo o custo deste serviço de instalação dos equipamentos e acessórios será de responsabilidade da CONTRATADA. Porém, é responsabilidade da empresa atual a desmontagem e guarda/retirada dos equipamentos.

6.3.6. A CONTRATADA deverá montar toda a infraestrutura de elétrica dos quadros elétricos até os equipamentos e instrumentos de medição. Não serão aceitas improvisos/paleativos ou adaptações na infraestrutura de elétrica a ser montada pela CONTRATADA na central de vácuo. A infraestrutura de elétrica iniciará a partir dos terminais dos cabos alimentadores existentes nas centrais. Fica também como responsabilidade da contratada a instalação de todo sistema de alarmes operacionais conforme indicado na Norma ABNT NBR 12188 e exigido nesse Termo de Referência

6.3.7. Após a finalização das atividades descritas nos itens 6.3.2 até 6.3.6, a CONTRATADA deverá proceder à limpeza do interior da central, removendo resíduos e embalagens dando o descarte apropriado;

6.3.8. É de responsabilidade da CONTRATADA que locará o sistema de vácuo clínico fornecer os Prontuários e Relatórios de Inspeção dos vasos de pressão integrantes do sistema no prazo de 01 (um) mês após a instalação, em conformidade com as disposições da NR-13: Caldeiras e Vasos de Pressão (Portaria n.3.214, de 8 de junho de 1978);

6.3.9. Após a instalação do(s) vaso(s) de pressão, deverá ser realizada a inspeção de segurança dos reservatórios por profissional habilitado, observado o item 6.3.8;

6.3.10. Após a montagem dos equipamentos, acessórios e seus componentes do sistema gerador de vácuo clínico deverá ser verificada a existência de vazamentos do sistema compreendendo apenas o perímetro interno da central onde houver intervenção da contratada necessária à interligação dos seus equipamentos. Todo vazamento detectado deve ser reparado, e o ensaio de estanqueidade deve ser realizado novamente.

6.3.11. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação dos equipamentos, em conformidade com a Resolução - RDC/Anvisa n. 50 de 2002 e ABNT NBR12.188:2012.

6.3.12. Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da CONTRATADA, devidamente registrado no CREA.

6.3.13. Todas ferramentas, mão de obra especializada e materiais necessários à instalação e manutenção dos equipamentos, acessórios, peças e componentes integrantes dos sistemas de geração de vácuo clínico deverão ser fornecidos pela CONTRATADA sem nenhum custo adicional ao contratante.

6.3.14. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE toda a documentação técnica e de segurança, e cópia de manuais de instrução.

6.3.15. Todo o procedimento de instalação será acompanhado pela equipe do CONTRATANTE.

6.3.16. Após a instalação do sistema de geração de vácuo clínico deverá ser emitido relatório contendo as atividades realizadas, a descrição dos equipamentos e declaração de que os sistemas de geração de vácuo clínico estão operando com desempenho satisfatório e dentro dos parâmetros de projeto. O relatório e a declaração deverão ser assinadas por responsável técnico da empresa.

6.3.17. Os serviços de instalação da central de vácuo clínico serão dados como finalizados SOMENTE após o Fiscal do Contrato receber os documentos descritos no tópico anterior. Os prejuízos decorrentes do atraso da entrega dos documentos serão arcados integralmente pela CONTRATADA.

6.3.18. A CONTRATADA deverá realizar treinamento aos plantonistas da equipe de manutenção predial do CONTRATANTE após a instalação do sistema de geração de vácuo clínico em data a ser previamente agendada com o Fiscal do Contrato, no prazo de 7 dias úteis após o início dos serviços.

6.3.19. O treinamento deverá contemplar procedimentos de partida, significado das sinalizações de segurança, indicação dos quadros de comando, procedimentos de emergência, concepção dos sistemas de vácuo clínico, entre outras informações importantes para que os funcionários da manutenção estejam capacitados a fazer alguma intervenção emergencial em caso de pane dos sistemas de geração de vácuo clínico enquanto o técnico da CONTRATADA se dirige às dependências do Hospital para solução definitiva do problema.

6.3.20. Sempre que houver qualquer alteração técnica relevante do sistema de geração de vácuo clínico deverá haver reciclagem do treinamento.

6.3.21. Sempre que houver entrada de novos plantonistas na equipe da manutenção predial deverá haver novo treinamento.

6.3.22. A CONTRATADA será responsável pela desinstalação e transporte de todos os seus equipamentos, acessórios ou qualquer outro componente integrante dos sistemas centralizados, sem que isso implique em qualquer oneração ou custo adicional ao CONTRATANTE quando o contrato for encerrado.

6.3.23. A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos deste Termo de Referência. Caso não seja executado tempestivamente, serão faturados os valores relativos aos serviços prestados conforme o percentual determinado pelo Indicador de Medição, cujas regras de aplicação constam em item específico "Instrumento de Medição de Resultado (IMR)".

6.4. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

6.4.1. Deverá ser registrada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) por Profissional Legalmente Habilitado vinculado à CONTRATADA referente aos serviços de instalação e manutenção, observadas as disposições do CONFEA e do CREA-ES;

6.4.1.1. Caso o profissional descrito no item 6.4.1 possua registro em CREA de outra unidade da Federação, deverá solicitar visto em registro no CREA-ES antes do início da execução das instalações e manutenções.

6.4.2. Os serviços de instalação e manutenção deverão ser executados pelos funcionários da CONTRATADA previamente indicados pelo preposto, utilizando-se de todos os EPIs e/ou EPCs obrigatórios pela Legislação Trabalhista, particularmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (Portaria 3214 do MTE) de maneira a proporcionar segurança e minimizar os riscos aos trabalhadores que executarão os serviços.

6.4.2.1. A indicação dos funcionários pelo preposto deverá conter no mínimo o nome completo, n° do documento de identidade e o cargo ou função.

6.4.2.2. Somente poderão adentrar as dependências do Hospital os funcionários indicados na forma do item 6.4.2.1 e portando crachá de identificação.

6.4.2.3. Os funcionários da CONTRATADA deverão portar crachás com foto nítida contendo no mínimo as seguintes informações: nome do empregado e cargo ou função.

6.4.3. A empresa deverá prestar serviços de manutenção corretiva, independentemente das manutenções preventivas programadas, consistindo em atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, **inclusive para atendimento de CHAMADOS EMERGENCIAIS ou CHAMADOS DE URGÊNCIA**, ou quando de constatação de danos e/ou defeitos durante as inspeções e manutenção de rotina, que impeçam o desempenho satisfatório dos sistemas centralizados.

6.4.4. A manutenção corretiva deverá ser iniciada em até **3 (três) horas para casos de urgência**, contado desde a solicitação inicial à CONTRATADA até a chegada da equipe técnica. **Em casos de emergência, a manutenção corretiva deverá ser iniciada em até 24 (vinte e quatro) horas**, contado desde a solicitação inicial à CONTRATADA até a chegada da equipe técnica.

6.4.4.1. Considera-se situação de emergência um perigo iminente de faltar gases medicinais, como um vazamento em central reserva ou uma demanda inesperada causada por algum fator excepcional.

6.4.4.2. Situação de urgência necessita ser resolvida o mais breve possível, sob pena de risco de graves danos aos pacientes, como por exemplo, falha repentina dos suprimentos primários e secundários simultaneamente, entre outros.

6.4.4.3. **Em outra situação de manutenção corretiva**, está deverá ser iniciada em prazo **não superior a 2 (dois) dias úteis**, contado desde a solicitação inicial à CONTRATADA até a chegada da equipe técnica.

6.4.5. A CONTRATADA deverá fornecer uma ou mais linhas de atendimento por telefone ao contratante para contato, imediatamente após a assinatura do contrato. Este telefone deverá atender aos chamados de manutenção corretiva de segunda à sexta-feira, aos sábados, domingos e feriados (sete dias por semana), durante 24 (vinte e quatro) horas e quando for mudado deverá ser informado imediatamente para o CONTRATANTE.

6.4.6. **Juntamente com a instalação dos equipamentos a CONTRATADA deverá entregar Plano de Manutenção Preventiva contendo cronograma detalhado das atividades de manutenção para aprovação do CONTRATANTE.** Em caso de desaprovação do Fiscal do Contrato, a CONTRATADA será notificada e terá um prazo de 7 (sete) dias úteis para correção e apresentação de um novo Plano ou do Plano anteriormente apresentado com as retificações recomendadas na notificação.

6.4.7. As atividades de manutenção preventiva deverão estar em consonância com o Plano de Manutenção Preventiva e deverão ser discriminadas ou anexadas mensalmente nas Notas Fiscais em papel timbrado com a logomarca da empresa com no mínimo a descrição das atividades, a data de realização das atividades e assinatura de Técnico especializado ou Responsável Técnico da CONTRATADA.

6.4.7.1. **O Plano de Manutenção deverá conter no mínimo:**

- Periodicidade mensal e semestral;
- Registro de dados dos equipamentos, como por exemplo, temperatura, nível de óleo, etc;
- Substituição de todos os filtros, ou seja, pré-filtros; pós-filtros e filtros bacteriológicos;
- Inspeção de componentes tais como válvulas de bloqueio, válvulas de alívio de pressão, reguladores de pressão, manômetros, quadros de comando, chicotes, manifold, bloco central, painéis de alarme operacional, entre outros;
- Limpeza mensal das centrais de ar comprimido e vácuo, removendo sujeiras do chão, teias de aranha e demais sujidades que venham a ocorrer internamente.

6.4.8. O disposto no item 6.4.7 é condição necessária para atesto das Notas Fiscais, e consequentemente liberação do pagamento.

6.4.9. Devem ser realizadas visitas periódicas no mínimo mensalmente, para a realização dos serviços de manutenção preventiva, conforme cronograma constante no Plano de Manutenção Preventiva onde a CONTRATADA deverá anotar em formulários próprios, a revisão efetuada nos sistemas centralizados de geração de ar medicinal e de vácuo clínico.

6.5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

6.5.1. A **CONTRATADA deverá realizar a instalação de alarme sonoro e visual na central de ar comprimido e vácuo e no Setor de Infraestrutura Física, em local indicado pela fiscalização**, com o objetivo de alertar aos plantonistas caso haja alguma anormalidade nos sistemas primário e secundário de ar comprimido e vácuo clínico e caso haja a atuação da central reserva de cilindros de ar comprimido. Tal alarme deve atuar nas mesmas condições de funcionamento do alarme operacional localizado nas centrais. O custo da instalação desse alarme é de responsabilidade da CONTRATADA.

6.5.2. **A empresa deverá conferir a infraestrutura do hospital antes do início dos serviços, de modo a planejar a instalação de seus equipamentos. Para que não necessite de nenhuma adequação por parte da CONTRATANTE. A única responsabilidade da CONTRATANTE será o fornecimento de energia elétrica e a edificação onde serão instalada as centrais.** A imagem abaixo ilustra a edificação da localização dos abrigos para receber os equipamentos e dimensões:



Abrigo para Central de Vácuo

Comprimento: 4 metros

Largura: 3 metros

Pé direito do abrigo: 2,4 metros

Abrigo para Central de Ar Comprimido

Comprimento: 4,2 metros

Largura: 3 metros

Pé direito do abrigo: 2,4 metros

Nota:

Atualmente existe uma obra do PAC em que no escopo está previsto uma pequena adequação de ambos os abrigos. Porém, não é garantido que esta adequação aconteça até agosto de 2026. Basicamente será realizado melhorias de ventilação, aumento do pé direito do abrigo da central de ar comprimido (2,8 a 3 metros), pintura, melhorias na iluminação, entre outros pontos a ser definido ainda junto a empresa que está realizando a obra.

6.6. DO AGENDAMENTO COM A ATUAL EMPRESA

6.6.1. A CONTRATADA deverá entrar em contato com a atual empresa que possui contrato de locação de sistemas de geração de ar medicinal e vácuo clínico com o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) para agendamento da desinstalação e retirada dos sistemas instalados e substituição pelos novos sistemas, observados os prazos constantes neste TR.

6.6.2. Os sistemas de geração de ar medicinal e de vácuo clínico da atual empresa somente deverão ser desinstalados em sincronia com a instalação dos novos sistemas da CONTRATADA.

6.6.3. Sendo comprovado que a atual empresa não respondeu ou não manifestou interesse em realizar a retirada de seus sistemas de geração de ar medicinal e vácuo clínico, a mesma será notificada formalmente pelo Fiscal de contrato para tentar agendamento novamente, observados os prazos constantes neste Termo de Referência.

6.6.4. Se mesmo após a manifestação da CONTRATADA e notificação do Fiscal do Contrato, a atual empresa não demonstrar interesse e nem se manifestar sobre o agendamento para desinstalação e retirada de seus sistemas de ar medicinal e vácuo clínico, observados os prazos requeridos, os seus sistemas serão desinstalados e retirados independentemente de suas razões e ficarão à sua disposição para coleta futura, em data e horário acordados com o Fiscal do Contrato.

6.6.5. Caso os sistemas da atual empresa sejam desinstalados e retirados na forma do item supramencionado, não serão aceitas reclamações posteriores acerca de danos ou defeitos ocasionados em seus sistemas de geração de ar medicinal e vácuo clínico.

6.7. DOS REQUISITOS DE VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.7.1. Nos termos do Art. 68 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0 e considerando a natureza dos serviços associados ao objeto da presente licitação, **a realização de vistoria técnica não é obrigatória**, contudo, os licitantes poderão realizá-la visando avaliar as situações atuais nos locais para a prestação dos serviços.

6.7.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a LICITANTE pode realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, realizando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços. A vistoria contará com

acompanhamento de profissionais do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) designado para esse fim, em horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente no Setor de infraestrutura Física (SIF) do hospital.

Endereço da vistoria: Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes HUCAM - Avenida Marechal Campos, nº 1355 - Bairro Santa Cecília, Vitória-ES, CEP 29.043-260

E-mail/telefones para agendamento no SIF: sif.hucam-ufes@ebserh.gov.br (prioritariamente e-mail) ou (27) 3335-7130 / (27) 3335-7132, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 até às 16:00 horas para vistoriar os locais nos quais serão executados os serviços. As visitas serão realizadas até o penúltimo dia da data de abertura da sessão pública do pregão, conforme agendamento descrito anteriormente.

6.7.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.7.4. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a LICITANTE julgar necessário para a elaboração de sua proposta.

6.7.5. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, **ficando, contudo, as LICITANTES cientes de que, após apresentação das propostas, em hipótese alguma, a CONTRATANTE aceitará posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a empresa vencedora do certame cumprir com as obrigações do contrato e assumir os ônus decorrentes.**

6.7.6. Para a vistoria a LICITANTE ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento com foto.

6.7.7. **A realização de vistoria ou a dispensa da mesma serão comprovadas por meio dos 2 anexos abaixo, presentes neste Termo de Referência:**

Anexo B - Declaração Formal de Vistoria (59939941): Assinado pelo profissional designado para o acompanhamento da vistoria, atestando textualmente que a LICITANTE vistoriou os locais onde serão executados os serviços e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e das condições locais para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto deste Termo de Referência.

Anexo C - Declaração Formal de Dispensa de Vistoria (59939959): Caso opte por não realizar a vistoria, firmará Declaração Formal de Dispensa de Vistoria, na qual dispense a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a CONTRATANTE.

6.7.8. **A apresentação da Declaração de Vistoria ou da Declaração de Dispensa de Vistoria será obrigatória na fase de habilitação do certame.**

6.7.9. A vistoria prévia é facultativa, devido ao fato de que a mesma é um direito do licitante e não a sua obrigação, amparado pelo princípio da razoabilidade, conforme se depreende do trecho do voto do Ministro Relator do Acórdão 409/2006 - Plenário, a saber:

“(…) as empresas que exerceram o direito de vistoria disporão de condições muito superiores para quantificação do valor do serviço, mas deve ficar à escolha da interessada decidir se prefere arcar com o ônus de tal operação ou assumir os riscos de uma avaliação menos acurada. (...)”

6.7.10. **As licitantes ficam cientes de que, realizada a vistoria técnica ou não, após a apresentação da proposta não serão admitidas alegações no sentido da inviabilidade do cumprimento das obrigações assumidas com base em condições pré-existent, ficando responsáveis pela execução do objeto contratado na sua integralidade nas condições definidas no Edital e seus anexos.**

6.7.11. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. EQUIPAMENTOS, INSUMOS E MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS PARA AS MANUTENÇÕES

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, conforme estabelecido neste termo e em seus anexos, promovendo sua substituição quando necessária.

7.2. Caso necessite deixar algum equipamento ou material para execução de serviço nas dependências do HUCAM, a responsabilidade da guarda do mesmo é da CONTRATADA.

7.3. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para o CONTRATANTE, todo ferramental, equipamentos, veículos, caminhão munck e instrumentação necessários à realização dos serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva, mantidos em pleno estado de conservação e operação.

7.4. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para o CONTRATANTE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

7.5. São de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus algum para o CONTRATANTE, todos os materiais de insumo e peças/componentes necessários à realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva.

7.6. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os equipamentos necessários à revisão, limpeza, testes, parametrização, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: óleo lubrificante, flanela, fita isolante, detergente, etc.

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O objeto solicitado nesta contratação refere-se à necessidade colocada pela equipe do Setor de Infraestrutura Física do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, conforme descrito neste Termo de Referência; especificamente na Tabela 01 do item 1.1 e detalhamento presente no anexo A (61812646).

8.2. A proposta de preços apresentada pela Licitante deverá conter discriminação detalhada dos serviços, contemplando preço unitário e total dos itens, cotados em moeda nacional, expressos em algarismos, já consideradas todas as despesas com tributos, transportes, etc., que incidam direta ou indiretamente nos preços para execução do objeto que está descrito neste Termo de Referência. A Licitante deverá seguir o modelo definido no **Modelo de Proposta Detalhada - Anexo D (59940271)**.

8.3. A Licitante deverá incluir em sua proposta os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto contratado, incluindo todos os serviços prestados, não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível;

8.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Para composição da proposta deverão ser observados, no que couber, entre outros aspectos, **todos os custos pertinentes à execução dos serviços**, tais como: salários, encargos sociais, trabalhistas e benefícios; outros custos decorrentes de desempenho técnico, comercial, operacional; materiais, equipamentos, seguros, transporte; lucro praticado pela licitante; tributos e contribuições incidentes; despesas administrativas, operacionais, entre outras despesas.

8.6. Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos necessários para emissão da Anotações de Responsabilidade Técnica registradas do Engenheiro Mecânico, responsável técnico pelos sistemas, no conselho profissional competente, durante seu período de vigência do contrato e em suas renovações.

8.7. A CONTRATADA será responsável pelo transporte e instalação de todos os equipamentos, acessórios, alarmes ou qualquer outro componente integrante do sistema, sem que isso implique em qualquer custo adicional ao CONTRATANTE.

8.8. Todas as calibrações, manutenções corretivas e preventivas durante o período de LOCAÇÃO, fornecimento de cilindros de ar comprimido, deverão ocorrer sem ônus adicional ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, inclusive com troca de peças e materiais de insumo.

8.9. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, limpeza, testes, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: estopa, flanela, fita isolante, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás refrigerante, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos;

8.10. Será de responsabilidade da CONTRATADA todos os custos referentes a análise e monitoramento da qualidade do ar comprimido medicinal gerado **a cada 06 (seis) meses**.

8.11. **Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na planilha de custos e formação de preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA alterar a composição de seus preços unitários.** Caberá aos licitantes, conferir todos os valores apresentados na referida planilha, bem como as fórmulas para cálculo de cada valor, visando correção de possíveis vícios ou equívocos não identificados pela equipe de Planejamento da Contratação da contratante, responsável por sua elaboração.

8.12. A CONTRATADA ficará responsável por adquirir e substituir, qualquer peça que venha a apresentar falha ou mal funcionamento, seja essa, componente do sistema elétrico, eletrônico, mecânico ou qualquer outro sistema integrante da central de Ar Comprimido Medicinal e Vácuo Clínico, sem ônus ou cobrança adicional ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM.

8.13. Em caso de falha que venha a comprometer ou impossibilitar o uso de qualquer equipamento ou acessório que componha a central locada de maneira permanente (na qual não haja possibilidade de manutenção) ou, cujo a manutenção venha a se estender por um período de tempo superior a um mês (01 mês), **cabe a CONTRATADA realizar a substituição desses equipamentos, sem custos adicionais ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM.**

8.14. Caso o equipamento backup locado venha a apresentar mal funcionamento e sua manutenção perdure por mais de sete dias (07 dias), deve ser previsto a locação temporária de equipamento que possa atuar como reserva.

8.15. O custo da montagem da central de ar comprimido reserva e a reposição dos cilindros será pela empresa CONTRATADA.

8.15.1. **O fornecimento e a montagem da central de cilindros de Ar Comprimido Medicinal como Suprimento Reserva para uso imediato poderá ser subcontratado pela empresa CONTRATADA. Sendo assim, a empresa subcontratada deverá estar de acordo com a legislação vigente e normas técnicas para fornecimento de gases medicinais.**

8.16. Para composição da proposta deverão ser observados, no que couber, entre outros aspectos, todos os custos pertinentes à execução dos serviços.

8.17. A CONTRATADA deve se atentar as questões elencadas na Matriz de Risco conforme anexo E (61903151)

8.18. O critério de julgamentos das propostas será o de **menor preço global**.

8.19. Os serviços serão executados no regime de **Empreitada por Preço Global**, conforme ordens de serviço a serem emitidas pelo próprio CONTRATANTE.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

10. DAS CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

10.1. O objeto da licitação tem a natureza de Serviço Comum de Engenharia e enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante. Sendo assim, enfatiza-se que os serviços a serem contratados não se constituem em quaisquer das atividades previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

10.2. A natureza do objeto da presente contratação é definida como continuada, tendo em vista que os serviços prestados, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

10.3. Por se tratar de contratação de serviços continuados, declara-se a inaplicabilidade de elaboração de Projeto Executivo.

10.4. Os serviços escopo da presente contratação são caracterizados em atividades rotineiras e de manutenção de gasoterapia. As manutenções consistem em:

I - Manutenção Preventiva: tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes dos sistemas, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada nas seguintes etapas:

a) Inspeção: Verificação de determinados pontos das instalações seguindo programa (rotina) de manutenção recomendado pelos fabricantes dos equipamentos;

b) Revisão: Verificações (parciais ou totais) programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes;

c) Medição: Conforme plano de manutenção, serão realizadas medições de parâmetros dos itens de manutenção (vibração, temperatura);

d) Ajuste e regulagem: Conforme plano de manutenção serão realizados ajustes e regulagem nos componentes de acordo com a periodicidade dos planos.

II - Manutenção Corretiva: tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado pelo responsável técnico da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.

10.5. A CONTRATADA deverá prestar os serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, consistindo no atendimento em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia.

11. FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1. A contratação será formalizada através de Contrato celebrado entre as partes, cuja minuta é anexa ao Edital.

11.2. VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.2.1. O prazo de vigência do contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 (cinco) anos, conforme art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0.

11.2.2. Para a prorrogação da vigência do contrato, serão elaborados os seguintes documentos:

I - Relatório elaborado pela Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

II - Justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;

III - Manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

IV - Comprovação que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

V - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo contratual.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1.1. A CONTRATANTE será responsável pelo pagamento do objeto contratado.

12.1.2. A CONTRATADA deverá observar os prazos estabelecidas para atendimento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

12.1.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 13.303/2016 e o Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.1.4. Os critérios para pagamento obedecerão às disposições previstas na IN 05/17 SEGES/MPDG, bem como as demais previsões constantes em seus anexos, no edital e no contrato, referente à prestação do serviço.

12.1.5. Para assegurar a boa prestação dos serviços, como referência para definir o percentual a ser debitado do faturamento mensal total dos serviços prestados pela CONTRATADA em função do não cumprimento dos parâmetros predefinidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, **será aplicado mensalmente o Instrumento de Medição dos Resultados - IMR**, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais previstas. O referido instrumento deverá ser assinado pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA.

12.1.6. Mensalmente, em data a ser fixada, a CONTRATADA irá elaborar a medição dos serviços prestados, e encaminhará para apreciação da FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços executados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, respeitada a rigorosa correspondência com o Termo de Referência e suas modificações expressa e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

12.1.7. Após o envio da medição dos serviços por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE enviará por *e-mail* o total de serviços realizados e as deduções pelo não atingimento dos resultados (IMR).

12.1.8. **A CONTRATADA terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para justificar o não alcance das metas.**

12.1.9. Se a CONTRATADA comprovar por meio de fotos ou outro documento que o desconto não procede, será revisto o cálculo e informado o novo valor para a CONTRATADA.

12.1.10. As fotos e a documentação mencionados no item anterior serão objeto de análise por parte da fiscalização do contrato.

12.1.11. A CONTRATADA deverá avisar que está de acordo. Então, a CONTRATANTE irá solicitar a emissão da nota fiscal.

12.1.12. Após realizadas eventuais correções solicitadas pela Fiscalização, a CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal, de acordo com a Medição dos serviços e a Memória de cálculo consolidadas, e entregará toda a documentação ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

12.1.13. Após recebimento definitivo dos serviços, conforme previsto nos arts. 49 e 50 da Instrução Normativa 05/2017 SEGES/MP, o gestor do contrato deve instruir o processo de pagamento com a Nota Fiscal ou Fatura e os demais documentos comprobatórios da prestação dos serviços e encaminhar para o setor competente para pagamento.

12.1.14. O pagamento será feito conforme aprovação do que foi acordado para ser realizado no Contrato por meio de nota fiscal de serviço, única, para cada etapa prevista em cronograma executivo, onde deve estar discriminado o VALOR DO SERVIÇO, após informado pela CONTRATANTE, caso seja necessário, o desconto referente ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR). **A metodologia de cálculo do IMR será detalhada no subtópico 12.2.**

12.1.15. O CONTRATANTE deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela CONTRATADA com base nas medições de serviços aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, obedecidas as condições estabelecidas no contrato.

- 12.1.16. A fatura que for apresentada com erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação.
- 12.1.17. **A CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da documentação fiscal da CONTRATADA (Nota Fiscal/Fatura discriminativa), devidamente atestada pelo setor competente.**
- 12.1.18. A CONTRATADA deve especificar na nota fiscal o objeto do contrato, o mês a que se refere a prestação do serviço, além de destacar os tributos retidos na operação, bem como as deduções da base de cálculo dos tributos, conforme legislação aplicável.
- 12.1.19. **A cada pagamento à CONTRATADA, a Administração realizará consulta ao SICAF, CADIN e à Justiça do Trabalho para verificar a manutenção das condições de habilitação.**
- 12.1.19.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, este deverá proceder à atualização em sua Unidade Cadastradora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.
- 12.1.19.2. Se, por motivo de força maior, essa atualização não for possível, a CONTRATADA poderá apresentar à CONTRATANTE a certidão negativa ou positiva com efeito de negativa válida.
- 12.1.20. O CNPJ da proponente, para efeito de emissão das notas fiscais e de posterior pagamento, deverá ser o mesmo utilizado na proposta para participação no processo licitatório.
- 12.1.21. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e/ou a apresentação da documentação comprobatória, discriminada no edital do certame, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.
- 12.1.22. A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- 12.1.23. Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA;
- 12.1.24. A fiscalização do contrato verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências deste documento;
- 12.1.25. Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do contrato e enviados ao setor financeiro para o pagamento devido;
- 12.1.26. Em caso de não-conformidade, a CONTRATADA será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas;
- 12.1.27. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com a especificação do edital e da proposta de preços da CONTRATADA.
- 12.1.28. Para serviço continuado, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, após apresentação da Nota Fiscal de Serviço, única para cada período mensal, onde deve estar discriminado o Valor Global Mensal do Serviço, de acordo com o quantitativo do serviço executado.
- 12.1.29. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação estão previstos no Orçamento Geral da União para o exercício do ano corrente.
- 12.1.30. Entende-se como data de pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- 12.1.31. Quando do pagamento, a empresa terá descontado do valor total a receber os encargos previstos na legislação pertinente.
- 12.1.32. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 12.1.33. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação de índice de correção monetária indicado pela Administração (por exemplo IPCA/IBGE).

12.2. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) E MECANISMO DE CÁLCULO

- 12.2.1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é uma ferramenta na qual é formalizado o nível da prestação de serviço que será exigido da CONTRATADA e que garanta níveis específicos de performance e confiabilidade. Os indicadores de performance não são vistos como meros instrumentos para penalizar a CONTRATADA, mas como forma para possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 12.2.2. **Os primeiros 30 dias de operação dos serviços serão adotados como período de estabilização, no qual os indicadores poderão ser ajustados; desta forma, considerado como período de carência para a utilização dos indicadores de performance.**
- 12.2.3. Os resultados do IMR indicarão os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados.
- 12.2.4. **Conforme mencionado no item 12.1.5, a CONTRATADA será avaliada mensalmente, pelo seu desempenho na prestação do serviço, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a contar do primeiro dia de cada mês até o último dia do mesmo mês.**
- 12.2.5. Os Indicadores do Índice de Medição de Resultado (IMR) são:
- 12.2.5.1. **Indicador 1:** Tempo máximo de equipamento Backup parado (IND01)
- 12.2.5.2. **Indicador 2:** Atraso na entrega dos Cilindro de Reposição (IND02)
- 12.2.5.3. **Indicador 3:** Itens não Conforme após Manutenção (IND03)
- 12.2.6. Os indicadores do Índice de Medição de Resultado (IMR) devem ser gerados pelos dados de planilhas eletrônicas desenvolvidas pela CONTRATADA.
- 12.2.7. **A remuneração dos serviços prestados deverá ser constituída por remuneração fixa sendo, no entanto, permitido à CONTRATANTE descontar em até 25% (dez por cento) do valor da medição, conforme avaliação do IMR.**
- 12.2.8. Os critérios de avaliação de desempenho da CONTRATADA serão aplicados sem prejuízos das demais sanções previstas no

12.2.9. Nos itens a seguir estão listados e detalhados o cálculo dos indicadores.

12.2.10. **Tempo máximo de Equipamento Backup Parado (IND01)**

Indicador 1	Tempo máximo de Equipamento Backup Parado (IND01)
Descrição do Indicador	Avaliar o tempo de atendimento aos chamados de manutenção corretiva demandados pelo Hospital.
Finalidade	Avaliar a celeridade do atendimento
Meta a cumprir	A meta é 2 dias úteis
Instrumento de medição	Registro em e-mail
Forma de acompanhamento	Registro em e-mail
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	IND01 = $\max(TA_1, TA_2, ..., TA_n)$
	Onde: TA = Tempo de Atendimento, é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado de manutenção corretiva e o primeiro Atendimento Técnico relativo a este chamado. O subscrito n indica o n-ésimo chamado do mês. N = Número de chamados de manutenção corretiva realizados no mês. Max = Considera o valor máximo de tempo de atendimento entre todos os chamados listados.
Faixas de ajuste de pagamento	se IND01 \leq 2 dias úteis - sem redução do Valor do serviço.
	se IND01 > 2 dias úteis - 5% de redução no valor do serviço.
	se IND01 > 5 dias úteis - 10% de redução no valor do serviço.
Início da vigência	Mês consecutivo após período de carência de 30 dias.
Sanções	se IND01 > 7 dias úteis por 3 meses de serviço consecutivos, será considerando inexecução parcial do contrato, e a CONTRATANTE poderá abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade da CONTRATADA por inexecução parcial do contrato.
Observação	Cumulativo com os demais indicadores

12.2.11. **Atraso na entrega dos Cilindro de Reposição (IND02)**

Indicador 2	Atraso na entrega dos Cilindro de Reposição (IND02)
Descrição do Indicador	Avaliar o tempo de atendimento aos chamados de reposição dos cilindros backup do hospital.
Finalidade	Avaliar a celeridade de entrega dos cilindros.
Meta a cumprir	3 dias
Instrumento de medição	Registro em e-mail.
Forma de acompanhamento	Registro em e-mail.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	IND02 = $\max(TREP_1, TREP_2, ..., TREP_n)$
	Onde: IND02 = Tempo Máximo de reposição, em dias. TREP = é o período em dias transcorrido entre a abertura do Chamado de troca de cilindros e a reposição efetuada. O subscrito n indica o n-ésimo chamado do mês. N = Número de chamados de manutenção corretiva realizados no mês. Max = Considera o valor máximo de tempo de atendimento entre todos os chamados listados.
Faixas de ajuste de pagamento	se IND02 \leq 3 dias, sem redução do Valor do serviço.
	se IND02 > 3 dias - redução de 5% no valor do serviço dentro do escopo de ar comprimido.

Início da vigência	Mês consecutivo após período de carência de 30 dias.
Sanções	se IND02 > 7 dias por 3 meses de serviço consecutivos, será considerando inexecução parcial do contrato, e a contratante poderá abrir processo administrativo para apuração de responsabilidade da CONTRATADA por inexecução parcial do contrato.
Observação	Cumulativo com os demais indicadores

12.2.12. Itens não Conforme após Manutenção (IND03)

Indicador 3	Itens não Conforme após Manutenção (IND03)
Descrição do Indicador	Avaliar qualidade do serviço de manutenção corretiva e preventiva das centrais.
Finalidade	Avaliar a qualidade dos serviços de manutenção.
Meta a cumprir	Nenhuma inconformidade
Instrumento de medição	Registro em e-mail de inconformidades realizadas após manutenção.
Forma de acompanhamento	Registro em e-mail
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	IND03 = somatório de Inconformidades relacionado a uma preventiva realizada ou corretiva(s) realizada(s) dentro do mês.
Faixas de ajuste no pagamento	se IND03 = 0, sem redução do Valor do serviço. se IND03 ≤ 3, 5% de redução no valor do serviço. se IND03 ≤ 6, 7,5% de redução no valor do serviço. se IND03 > 6, 10% de redução no valor do serviço.
Início da vigência	Mês consecutivo após período de carência de 30 dias.
Observação	Cumulativo com os demais indicadores.

12.2.13. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

12.2.13.1. Não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0;

12.2.13.2. Não configure descaracterização do objeto contratado.

12.2.14. Será enviado por *e-mail* o total de serviços realizados e as deduções pelo não atingimento dos resultados.

13. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas, utensílios e insumos necessários para cumprimento total do objeto.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

14.1.2. Somente poderão ser subcontratados serviços auxiliares e/ou complementares a execução do objeto principal, após autorização formal da CONTRATANTE, que são:

14.1.2.1. Execução de serviços de específicos nos compressores e bombas de vácuo que precisem ser retirados para oficina, calibração dos equipamentos e acessórios, teste da qualidade do ar, automação dos equipamentos e eletrônica/eletrotécnica avançada. Além de apoio na instalação como transporte e içamento dos equipamentos.

14.1.2.2. Poderá haver subcontratação no serviço de **fornecimento e a montagem da central de cilindros de ar comprimido medicinal como suprimento reserva para uso imediato**. Sendo assim, a empresa subcontratada deverá estar de acordo com a legislação vigente e normas técnicas para fornecimento de gases medicinais.

14.2. A empresa subcontratada deverá apresentar Autorização de Funcionamento de empresas fabricantes e envasadoras de gases medicinais (AFE), emitido pela ANVISA. Conforme Decreto nº 8.077. de 14/08/2013 que regulamenta o art. 16 da Lei nº 6360, 23/09/1976.

14.3. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.5. Já em relação a participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for de alta complexidade ou grande vulto econômico, o que não seria o caso da presente contratação. O objeto não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico para adoção da modalidade. **Portanto, não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.**

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original: sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.3. A CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, com data definida pela equipe de fiscalização.

16.4. O **recebimento provisório - ANEXO F (59940314)** se dará com a entrega dos relatórios e laudos referentes aos serviços dos itens 1 e 2 da tabela 1 (tópico 1,1) de acordo com este Termo de Referência e seus anexos, no prazo determinado. Este recebimento ocorrerá pelo fiscal do contrato que irá elaborar o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e acrescentará demais documentos que julgar necessário e descontará do pagamento, se for o caso, as ocorrências elencadas no IMR - Índice de Medição dos Resultados descritas neste TR. Após o ateste da fiscalização do contrato, toda a documentação mencionada irá compor o processo SEI e será encaminhada ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.5. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação, da seguinte forma:

16.5.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e revisões finais que se fizerem necessários.

16.5.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de realização do serviço (mensal), o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório (IMR - Índice de Medição dos Resultados), que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.5.3. **A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.**

16.5.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.7. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.8. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

16.9. O **recebimento definitivo - ANEXO G (59940328)**, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

16.10. **No prazo de até 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:**

16.10.1. Caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.10.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.10.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DA GARANTIA

17.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.

17.1.1. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, **será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja**
Termo de Referência - SEI - REV01 (61812296) SEI 23525.003228/2026-85 / pg. 19

proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 185, § 6º do RCC 3.0.

- 17.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 17.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 17.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 17.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 17.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 17.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 17.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 17.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 17.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 17.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP n.º 656/2022).
- 17.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 17.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 17.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela HU Brasil à CONTRATADA; e
- 17.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 17.7. **No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.**
- 17.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela HU Brasil.
- 17.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 17.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 17.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 17.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/2022.
- 17.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 17.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 17.11.2. A HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 17.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 17.13. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 17.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 17.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Em caso de prorrogação, o contrato poderá ter seus preços corrigidos anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, **pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.**

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme

- disciplinado no edital.
- 19.2. Além das regras citadas anteriormente, no tópico 5.4 e subtópicos detalham os critérios que farão parte da análise.
- 19.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. **DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

- 20.1. A elaboração da estimativa custos foi realizada conforme disposto na Norma Operacional - SEI n.º 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH.
- 20.2. Ainda, em atendimento ao art. 34 da Lei 13.303/16 e do art. 30º do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 20.3. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

21. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 21.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, exercício vigente, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO	PTR(S)	FONTE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	NATUREZA DA DESPESA
10.302.5118.8585.0032	234199	1001A004QX	26443	2	33.90.39-12.

- 21.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

22. **DA MATRIZ DE RISCOS**

- 22.1. A Matriz de Riscos relacionada ao presente Termo de Referência, que consta no anexo E (61903151), define os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 22.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a CONTRATADA deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, apresentando as seguintes informações mínimas:
- I - o detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
 - II - as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
 - III - as medidas que estão sendo adotadas e as que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
 - IV - as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e, outras informações relevantes.
- 22.3. Após a notificação, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA. Em sua decisão, a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.
- 22.3.1. A concessão de qualquer isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções cabíveis.
- 22.4. O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.
- 22.4.1. Fica vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.
- 22.5. O Termo de Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que, a despeito de terem sido adotadas todas as medidas para sanar os efeitos do evento, a sua manutenção se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou for excessivamente onerosa.
- 22.6. **A CONTRATADA declara:**
- 22.6.1. **Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato e;**
- 22.6.2. **Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.**
- 22.7. Os fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos na Matriz de Riscos, serão comunicados no prazo de 05 (cinco) dias úteis e decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

23. **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

- 23.1. As hipóteses de rescisão contratual são aquelas previstas nos arts. 227 até 230 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0 e no termo de contrato, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.
- 23.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

24. **DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

24.1. Não caberá a CONTRATADA os direitos à propriedade intelectual dos materiais a serem elaborados em conjunto com a CONTRATANTE e utilizados na gestão dos equipamentos tais como manuais, POP's, fluxogramas etc., bem como os dados gerados da utilização do software de gestão de equipamentos, em razão de serem inerentes ao desenvolvimento de suas atividades para o pleno atendimento ao objeto deste contrato.

24.2. Quando do encerramento da prestação dos serviços estabelecida nesse Termo de Referência, a CONTRATADA deverá disponibilizar e deixar em poder da CONTRATANTE (caso seja requisitado) um exemplar atualizado de todos os materiais utilizados na prestação de serviço, tanto em meio físico como eletrônico, bem como o histórico atualizado, com todos os anexos, de todos os equipamentos salvos no software de gestão da CONTRATANTE.

24.3. A CONTRATADA deverá guardar sigilo sobre dados e informações obtidos em razão da execução dos serviços contratados ou da relação contratual mantida com a CONTRATANTE.

25. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

25.1. Ademais, são critérios de sustentabilidade que devem ser observados na contratação e durante sua execução:

25.1.1. As leis e resoluções relativas ao Meio Ambiente, tais como Resolução CONAMA n° 307, de 5 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos das construções civis;

25.1.2. As diretrizes de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, previstas na Instrução Normativa n° 01 de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, bem como no "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª Edição - Publicação de Outubro/2024".

25.2. Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

25.3. O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, a ser apresentado pela CONTRATADA, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução n° 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

25.4. Devem ser adotados obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas ABNT NBR n° 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.

25.5. Em observância da instrução normativa n° 01 de 19 de janeiro de 2010 no seu artigo 5°, faz-se necessário, sempre que possível que:

25.5.1. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

25.5.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

25.5.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

25.6. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

25.7. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

25.7.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

25.7.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

25.7.3. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

25.8. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental.

25.9. A comprovação do disposto nestes subitens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

26. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

26.1. São partes integrantes deste documento:

26.1.1. Anexo A - Especificação Técnica - Itens 01 e 02 (61812646);

26.1.2. Anexo B - termo de Vistoria (59939941)

26.1.3. Anexo C - Declaração de Dispensa de Vistoria (59939959)

26.1.4. Anexo D - Modelo de Proposta Detalhada (59940271);

26.1.5. Anexo E - Matriz de Riscos (61903151);

26.1.6. Anexo F - Termo de Recebimento Provisório (59940314);

26.1.7. Anexo G - Termo de Recebimento Definitivo (59940328);

26.1.8. Anexo H - Declaração de inexistência de fatos impeditivos (59960408).

26.1.9. Anexo I - Declaração de Conhecimento (60237100)

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

27.2. As condições estabelecidas neste Termo de Referência farão parte do contrato de prestação de serviços, independentemente de estarem nele transcritas.

28. ENCAMINHAMENTOS FINAIS

28.1. De acordo com o art. 33 do Regulamento de Compras e Contratos da HU Brasil - versão 3.0, vejamos a autoridade competente para aprovar o presente Termo de Referência:

Art. 33. O termo de referência deverá ser aprovado pelo(a) Gerente Administrativo(a), no âmbito do Hospital Universitário, e pelo(a) Coordenador(a) de Administração, no âmbito da Administração Central, competência que poderá ser delegada, respeitada a definição de valor como limite de alçada.

28.2. Segue para apreciação da Gerência Administrativa do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM).

Equipe de Planejamento da Contratação
(assinado eletronicamente)

29. DA APROVAÇÃO

29.1. Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a referida contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de **Locação de Central Duplex de Ar comprimido Medicinal completo e Central Duplex para Geração de Vácuo Clínico, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças de reposição e consumo, além do fornecimento de cilindros de ar comprimido**, para atender o **Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM**, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - HU Brasil, necessário para melhoria na prestação de seus serviços assistenciais de saúde, ensino e pesquisa.

29.2. As questões administrativas ficarão dispostas no Edital.

29.3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.

29.4. **Autorizo** a instauração da fase de seleção, encaminhe-se a Unidade de Licitações para continuidade da instrução processual.

César Augusto Dias de Oliveira
(Gerente Administrativo)



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Dias De Oliveira, Membro da Equipe**, em 16/06/2026, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josian Pereira, Membro da Equipe**, em 16/06/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Ananias Alvarenga, Chefe de Setor**, em 16/06/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Augusto Dias De Oliveira, Gerente**, em 16/06/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61812296** e o código CRC **5D567B2B**.

Referência: Processo nº 23525.003228/2026-85 SEI nº 61812296